



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Capacidade Dinâmica das Organizações: Um estudo do Nível De Aderência aos Indicadores GRI *Standards* no segmento de Energia Elétrica

Clenis Evila Silva dos Santos
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
E-mail: evila.silva.1996@gmail.com

Afonso Felipe Meireles Barbosa
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
E-mail: afonsofelipe569@gmail.com

Amanda Cristina Rosário de Oliveira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
E-mail: amanda0903santos@gmail.com

Thais Alves Lira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
E-mail: lira1thais@gmail.com

Resumo

O presente estudo busca verificar qual o grau de aderência dos indicadores econômicos, ambientais e sociais ao padrão GRI *Standards* quanto à Responsabilidade Social e Governança Corporativa no setor de Energia Elétrica das empresas listadas na B3 a luz da teoria da capacidade dinâmica das organizações. A metodologia realizada nesse estudo é descritiva e documental, pois serão analisados os Relatórios de Sustentabilidade no modelo GRI *Standards* das quatro empresas que são do setor de Energia Elétrica e do Novo Mercado. A teoria da capacidade dinâmica das organizações aborda a capacidade do comportamento das companhias estarem constantemente orientado a integrar, reconfigurar, renovar e recriar seus recursos e capacidades e, principalmente, melhorar e reconstruir suas capacidades estratégicas em resposta às mutações do ambiente para atingir e sustentar a vantagem competitiva. À vista disso destacou-se que as empresas da amostra dessa pesquisa possuem, de forma geral, um grau mediano de aderência aos padrões GRI, dessa forma, é interessante que as empresas do setor de energia elétrica se adaptem as mudanças e novas exigências do mercado em que estão inseridas, pois os *stakeholders* estão cada vez mais interessados nas informações socioambientais, já que são importantes para a governança corporativa e geram valor pra a entidade.

Palavras-chave: GRI *Standards*; Responsabilidade Social Corporativa; Governança Corporativa; Teoria da Capacidade dinâmica das organizações.

Linha Temática: Outros temas relevantes em Contabilidade

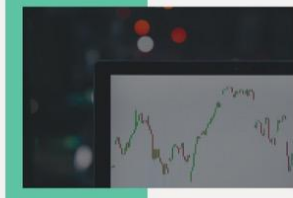
7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 Introdução

Na sociedade contemporânea as informações dos relatórios contábeis quanto à temática ambiental têm assumido uma importância crescente para a tomada de decisões. As entidades por muito tempo apresentavam apenas suas demonstrações contábeis no qual se restringiam a informar simplesmente sua posição patrimonial e financeira. No entanto, com as conferências ambientais e a consciência de que os recursos naturais são escassos, seus *stakeholders* passaram a exigir uma postura cuja preocupação se volte não apenas para os indicadores econômicos, mas também para os sociais e ambientais (Oliveira et al., 2015).

Para Souza (2002), um dos aspectos importantes na gestão ambiental contemporânea é o grau de comprometimento cada vez maior por parte dos empresários e administradores na busca por soluções ambientais adequadas para os problemas. Souza (2002) ainda acrescenta que esta gestão ambiental é condicionada pela pressão das regulamentações, pela busca de uma melhor reputação, frente à exigência dos *stakeholders* na amenização dos riscos ambientais.

Oliveira, Inomata e Varvakis (2014), explicam que seguindo as frequentes mudanças que a sociedade vem sofrendo ao longo do tempo, como por exemplo: estruturas sociais, econômicas, políticas, educacionais e tecnológicas. Faz-se necessário que a gestão também mude em conjunto, advinda novas soluções e modelos na iminência de responder questões atuais, trazendo novas abordagens, métodos, escopos e objetivos. Para que consequentemente possa obter conceitos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais.

Van Bellen (2004) ilustra que atualmente, é indispensável à compreensão do que é desenvolvimento sustentável, suas características e também limitações, para que à vista disso seja possível utilizá-lo como uma ferramenta de orientação geral da sociedade. Desta forma justificando a pesquisa em questão, partiu-se da premissa de usar informações ambientais para orientações tanto da sociedade, como também do meio organizacional, objetivando a geração de valor. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa em questão é verificar o grau de aderência dos indicadores econômicos, ambientais e sociais ao padrão GRI *Standards* quanto à Responsabilidade Social e Governança Corporativa no setor de Energia das empresas listadas na B3 a luz da teoria da capacidade dinâmica das organizações.

O presente artigo divide-se em seções, onde a 1ª seção, se inicia com a introdução trazendo fatos importantes ocorridos ao longo do tempo, relevantes para a Contabilidade Ambiental. A seção 2 aborda o referencial teórico, elucidando os artigos relacionados ao tema, e temáticas que também serviram para o embasamento das questões a serem discutidas. Seção 3 traz a metodologia, descrevendo as atividades exercidas para o alcance do objetivo. Seção 4 consta os resultados e a sua discussão dos dados da pesquisa. Seção 5 estão as considerações finais com os principais achados deste estudo.

2 Referencial Teórico

Nesta seção serão abordadas as temáticas fundamentais para a discussão realizada nessa pesquisa e estudos com propostas correlatas a temática central desta pesquisa.

2.2 Responsabilidade Social e Governança Corporativa e o Padrão GRI

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Conforme Ferreira (2010), depois de muito tempo com as vantagens competitivas sobressaindo aos desastres ambientais, nasce à demanda pela sustentação e prevenção do meio ambiente, por meio de diversos canais que ajudem o balanceamento tanto no âmbito econômico, quanto social e ambiental. Segundo Soares (2004) as organizações comprometem-se a adotar uma atitude socialmente responsável sobre as desigualdades sociais e a destruição da natureza. Sendo assim, as empresas que assumem tal postura passam a ter uma melhor visibilidade por parte dos *stakeholders*.

À vista disso, empresas que possuam técnicas corretas de governança corporativa e responsabilidade social, que correspondem à divulgação de suas práticas através do relatório de sustentabilidade, possuem valor de mercado superior. Posto que, a adesão de tais práticas atendem normas éticas, legais, societárias e também contribuem para a geração de valor corporativo (Oliveira et al., 2015).

Conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] (2020), Governança Corporativa é o sistema pelo qual as entidades são conduzidas, controladas e estimuladas, envolvendo relações entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. Alegando que boas práticas de Governança Corporativa transformam princípios em recomendações objetivas, dispondo de interesses com o intuito de preservar e otimizar o valor organizacional, desta forma facilitando seu alcance aos recursos e à vista disso contribuir para a sua longevidade (IBGC, 2020).

Para Assaf Neto (2012), uma boa governança corporativa reúne cinco princípios primordiais, expressos em seus termos em inglês e classificados na Tabela 1:

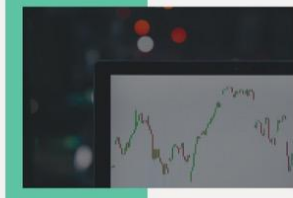
Tabela 1. Princípios de Governança Corporativa

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA	DESCRIÇÃO
<i>Fairnes</i>	compreendido como “senso de justiça” ou “equidade”, evidenciando um tratamento digno e imparcial, a todos os acionistas ou partes interessadas (<i>stakeholders</i>);
<i>Disclousure</i>	discernido por “transparência”, onde a empresa deve ter o comprometimento de disponibilizar todas as informações, e essas devem ser abrangentes, confiáveis e contínuas, de maneira que se possa englobar todas as ações da empresa como: financeira, econômica, social e ambiental;
<i>Accountability</i>	consiste na atribuição de “prestação de contas” em razão das unidades tomadoras de decisão da sociedade, evidenciando suas ações por atos falhos ou omissões;
<i>Compliance</i>	expressa “estar em conformidade”, ou seja, determina o cumprimento de leis, normas, regulamentos e outras exigências;
<i>Effectiveness</i>	(eficácia) é entendida por modelos e instrumentos de gestão, permitindo que a empresa apresente continuidade, preserve sua sustentabilidade, gere lucros, remunere o capital e seja capaz de cumprir suas metas e objetivos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Paralelo aos princípios da governança corporativa expostos no Quadro 1, os aspectos do GRI *Standards* complementam a discussão da evidenciação ambiental e governança corporativa nas organizações. O padrão GRI *Standards* é um conjunto de critérios desenvolvidos com o objetivo de serem diretrizes para a evidenciação ambiental, social e econômica das organizações (GRI, 2020). Nesse sentido os princípios da governança corporativa estão intrínsecos nas diretrizes propostas pelos aspectos do padrão GRI *Standards*.

Sob esse prisma o princípio de *Fairnes*, aborda o tratamento igualitário de partes interessadas, e também a busca por informações que a companhia demonstra por parte dos



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



stakeholders, paralelo a isso os aspectos *GRI Standards* busca proporcionar essa transparência voluntária nos relatórios de sustentabilidade das companhias.

O princípio de *Accountability* representa a prestação de contas perante a esse contexto, torna-se possível compará-lo ao aspecto 200, que se refere aos padrões econômicos do relatório GRI, e aborda o desempenho econômico da companhia dos valores gerados e distribuídos e as suas possíveis implicações financeiras.

O princípio da *Compliance* evidencia o cumprimento por parte das organizações de normas, leis, regulamentações dentre outras exigências. Concernente a essa temática está o aspecto 400, que apresenta os aspectos sociais do relatório GRI, demonstrando quais as atitudes que a companhia está tendo internamente e externamente no meio em que está inserida.

Por fim, o princípio de *Effectiveness* explana a eficácia da gestão para que a companhia possa ter continuidade, preservando a sustentabilidade, ou seja, possua a capacidade de gerar lucros e dessa forma cumprir seus objetivos. Este princípio está correlacionado ao aspecto 300, que descreve os indicadores ambientais do GRI, ou seja, retrata de que a maneira a companhia está lidando frente as atividade sustentáveis.

2.2 Teoria da Capacidade Dinâmica das organizações

Andreeva e Chaika (2006) correlacionam capacidades dinâmicas às habilidades da organização em renovar suas competências estratégicas conforme ocorrem mudanças no ambiente no qual a empresa opera.

Wang e Ahmed (2007) definem capacidades dinâmicas como o comportamento organizacional constantemente orientado a integrar, reconfigurar, renovar e recriar seus recursos e capacidades e, mais importante, melhorar e reconstruir suas capacidades estratégicas em resposta às mutações do ambiente para atingir e sustentar a vantagem competitiva. A governança corporativa a partir da divulgação ambiental potencializa a capacidade dinâmica das organizações, pois sua utilização conforme Oliveira et al. (2015) agrega positivamente valor nas companhias.

Nesse sentido as capacidades dinâmicas das organizações podem ser classificadas em três tipos: Capacidade adaptativa aborda a habilidade da organização em se adaptar no tempo certo por meio da flexibilidade dos recursos e alinhamento de seus recursos e suas capacidades com mudanças ambientais; Capacidade absorativa realça a importância de obter conhecimento externo, combiná-lo com conhecimento interno e absorve-lo para uso interno da organização e estrategicamente assimilar isso para fins comerciais; e a Capacidade de inovação que fomenta o desenvolvimento de novos produtos e mercados por meio da orientação do alinhamento estratégico para comportamentos e processos de inovação (Wang e Ahmed, 2007).

Nesse estudo será utilizada a teoria da capacidade dinâmica das organizações para discutir a capacidade dinâmica (adaptativa, absorativa e inovadora) no sentido a aplicação de práticas e divulgação de informações ambientais por parte das empresas do setor de energia elétrica listadas na B3 nos anos de 2017 a 2019. O padrão *GRI Standards* nessa pesquisa será utilizado como um modelo para os indicadores da capacidade dinâmica das organizações a evidenciarem informações ambientais alinhadas as estratégias de gestão das companhias.

2.3 Estudos Correlatos

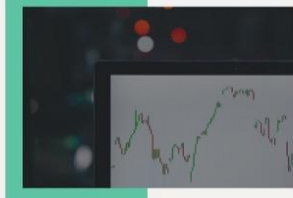
7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Oliveira et al. (2015) abordou em sua pesquisa a criação de valor corporativo e sua relação com as boas práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial a luz da Teoria da Agência e a Teoria de *Stakeholders*. O estudo foi realizado em companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), no setor de Energia Elétrica. Os resultados apontaram que as empresas que tinham práticas satisfatórias de governança e responsabilidade social possuíam um valor de mercado satisfatório.

Castro, Siqueira e Macedo (2010), ao verificar o quanto as empresas da América do sul, de energia elétrica atenderam aos indicadores de desempenho essencial e quanto dessas informações foram efetivamente apresentadas conforme as diretrizes elaboradas na versão G3 da GRI. Como principais resultados os autores evidenciam que apesar das empresas pertencerem ao mesmo grupo, foi perceptível uma diferença no grau de aderência.

Santos e Yamamoto (2012), ao averiguar os Relatórios de Sustentabilidade das empresas do setor de Papel e Celulose, buscaram identificar qual o nível de *disclosure* apresentado e sua aderência ao modelo GRI, tomando como base a Teoria da Legitimidade e a Teoria dos Stakeholders. Os autores utilizaram métodos quantitativos para mensurar o Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais e o Grau de Evidenciação efetiva. Os resultados apontaram um grande nível de aplicação das Diretrizes do GRI, por parte do setor de Papel e Celulose, que variou de 86% para 26%. Outra evidência encontrada foi o maior nível de *disclosure* nas companhias de capital aberto, ou seja, aquelas que possuíam suas ações negociadas na bolsa de valores. Fato que se explicou pelo maior grau de exigência dos acionistas e da própria BMF&BOVESPA, em função dos níveis diferenciados de Governança Corporativa.

Esse estudo se diferencia dos listados acima, pois busca verificar o grau de aderência dos indicadores econômicos, sociais e ambientais propostos pelo GRI *Standards* quanto a Responsabilidade Social Corporativa e Governança Corporativa a luz da teoria da capacidade dinâmica das organizações no setor de Energia das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), através dos Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2017 a 2019.

3 Metodologia

O setor escolhido da B3 para a pesquisa é o de Utilidade Pública, do segmento de Energia Elétrica que é composto por 59 empresas. O presente segmento foi escolhido, devido ter sido no Brasil o setor pioneiro a ter a obrigatoriedade de elaboração dos relatórios anuais de responsabilidade empresarial, e também ser de grande relevância na economia do país, pela grande interferência ambiental e por impactarem diretamente no bem-estar da sociedade (Castro, Siqueira e Macedo, 2010).

Para Oliveira, et al. (2015), além da relevância financeira, o segmento tem uma grande visibilidade por encontrar-se no setor de utilidade pública e também por estar num ambiente de regularizações que garantem clareza, legitimidade e uniformidade dos serviços oferecidos. Ainda segundo Oliveira, et al. (2015) o setor também consome de forma intensa os recursos naturais e realiza intervenções ambientais, desempenhando assim, forte impactação ambiental.

Os filtros utilizados para a escolha das empresas que serão estudadas foram: As empresas do segmento do Novo Mercado (NM), tendo em vista que segundo Assaf Neto (2012), é o segmento de listagem de ações comprometidas voluntariamente, a empregarem as melhores práticas de Governança Corporativa e *Disclosure* (Transparência), de suas informações em um grau elevado ao imposto pela legislação vigente. Dessa forma, restaram



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



as empresas: CPFL ENERGIA, ENERGIAS BR, ENEVA, ENGIE BRASIL, EQUATORIAL, LIGHT S/A, NEOENERGIA e OMEGA GER.

O segundo critério é que as empresas detenham seus relatórios de sustentabilidade nas diretrizes GRI *Standards*. Em razão, que a GRI é pioneira em relatórios de sustentabilidade, e objetiva contribuir mundialmente com empresas e governos, com o propósito de uma melhor compreensão e assim, tornando possível a comunicação de impactos socioambientais (GRI, 2020). Á vista disso, restaram apenas: CPFL ENERGIA, ENGIE BRASIL, LIGHT S/A e NEOENERGIA. As companhias que não apresentaram Relatórios de Sustentabilidade: ENEVA, OMEGA e GER EQUATORIAL foram contactas por e-mail, e até a finalização desta pesquisa não obtivemos êxito com as informações solicitadas.

No âmbito metodológico, a presente pesquisa pode ser considerada, no que se refere aos seus objetivos, como descritiva e documental (Barros e Lehfeld, 2008). Serão utilizados Relatórios de Sustentabilidade no modelo GRI *Standards*, disponibilizados nos sites das companhias estudadas. E tais empresas, estarão descritas na análise de resultados, com as respectivas abreviações a seguir: CPFL ENERGIA (CPFL), ENGIE BRASIL (ENGBR), LIGHT S/A (LIGSA) e NEOENERGIA (NEOEN).

Dos indicadores do Relatório GRI *Standards*, foram listados os 3 aspectos e seus respectivos indicadores, listados a seguir. E a partir desses dados, foi realizada a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade do período de 2017 a 2019.

Tabela 2. Aspectos e indicadores econômicos

GRI 200- Econômicos	
ASPECTOS	INDICADORES
Desempenho Econômico (201)	201-1 – Valor econômico direto gerado e distribuído
	201-2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
	201-3 – Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria
	201-4 – Assistência financeira recebida do governo
Presença de Mercado (202)	202-1 – Proporção do menor salário pago, por gênero, comparado ao salário mínimo local
	202-2 – Proporção de membros da alta administração contratados na comunidade local
Impactos Econômicos Indiretos (203)	203-1 – Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
	203-2 – Impactos econômicos indiretos significativos
Práticas de Compras (204)	204-1 – Proporção de gastos com fornecedores locais
Anticorrupção (205)	205-1 – Operações avaliadas quanto a riscos relacionadas à corrupção
	205-2 – Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos anticorrupção
	205-3 – Casos confirmados de corrupção e ações tomadas
Concorrência Desleal (206)	206-1 – Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio

Fonte: GRI *Standards* (2020)



100% ON-LINE

A Contabilidade e as Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Contabilidade e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 3. Aspectos e indicadores ambientais

GRI 300- Ambientais	
ASPECTOS	INDICADORES
Materiais (301)	301-1 – Materiais usados por peso ou volume
	301-2 – Materiais provenientes de reciclagem
	301-3 – Produtos e seus materiais de embalagem recuperados
Energia (302)	302-1 – Consumo de energia dentro da organização
	302-2 – Consumo de energia fora da organização
	302-3 – Intensidade Energética
	302-4 – Redução do consumo de energia
	302-5 – Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços
Água (303)	303-1 – Consumo de água por fonte
	303-2 – Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água
	303-3 – Água reciclada e reutilizada
Biodiversidade (304)	304-1 – Unidades operacionais próprias, arrendadas, gerenciadas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
	304-2 – Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre biodiversidade
	304-3 – <i>Habitats</i> protegidos ou restaurados
	304-4 – Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações da organização
Emissões (305)	305-1 – Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)
	305-2 – Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 2)
	305-3 – Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)
	305-4 – Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-5 – Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-6 – Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)
	305-7 – Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
Efluentes e Resíduos (306)	306-1 – Descarte de água por qualidade e destinação
	306-2 – Resíduos por tipo e método de disposição
	306-3 – Vazamentos significativos
	306-4 – Transporte de resíduos perigosos
	306-5 – Corpos de água afetados por descartes e drenagem de água
Conformidade Ambiental (307)	307-1 – Não conformidade com leis e regulamentos ambientais
Avaliação Ambiental de Fornecedores (308)	308-1 – Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	308-2 – Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas

Fonte: GRI Standards (2020)



Tabela 4. Aspectos e indicadores sociais

GRI 400- Sociais	
ASPECTOS	INDICADORES
Emprego (401)	401-1 – Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados 401-2 – Benefícios para empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período 401-3 – Licença maternidade/paternidade
Relações Trabalhistas (402)	402-1 – Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais
Saúde Segurança no Trabalho (403)	403-1 – Representação dos trabalhadores em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos 403-2 – Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho 403-3 – Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação 403-4 – Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos
Treinamento e Educação (404)	404-1 – Média de horas de treinamento por ano, por empregado 404-2 – Programas para o desenvolvimento de competências dos empregados e de assistência para a transição da carreira 404-3 – Percentual de empregados que recebem regularmente avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira
Diversidade e Igualdade de Oportunidades (405)	405-1 – Diversidade em órgãos de governança e empregados 405-2 – Razão matemática do salário-base e da remuneração das mulheres em relação aos homens
Não Disseminação (406)	406-1 – Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
Liberdade de Associação e Negociação (407)	407-1 – Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e à negociação coletiva possa estar em risco
Trabalho Infantil (408)	408-1 – Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil
Trabalho Forçado ou Análogo a Escravo (409)	409-1 – Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou obrigatório
Práticas de Segurança (410)	410-1 – Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais (411)	411-1 – Casos de violações dos direitos dos povos indígenas ou tradicionais
Avaliação em Direitos Humanos (412)	412-1 – Operações submetidas a análises ou avaliações de impacto sobre os direitos humanos 412-2 – Treinamento de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos 412-3 – Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou foram submetidos a avaliações de direitos humanos
Comunidades Locais (413)	413-1 – Operações com engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento 413-2 – Operações com impactos negativos significativos, reais e potenciais, nas comunidades locais
Avaliação Social de Fornecedores (414)	414-1 – Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais 414-2 – Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas
Políticas Públicas (415)	415-1 – Contribuições políticas
Saúde Segurança do Cliente (416)	416-1 – Avaliação dos impactos de saúde e segurança de categorias de produtos e serviços 416-2 – Casos de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços
Marketing e Rotulagem (417)	417-1 – Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços 417-2 – Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços 417-3 – Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
Privacidade do Cliente (418)	418-1 – Queixas comprovadas relativas a violações da privacidade e perda de dados do cliente
Conformidade Socioeconômica (419)	419-1 – Não conformidade com leis e regulamentos nas áreas social e econômica

Fonte: GRI Standards (2020)

Para a análise dos indicadores, foi aplicada a metodologia de Dias (2006) e Carvalho (2007). Nessa perspectiva, subsequente realizou-se a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade e o cálculo do Grau de Aderência Plena (GAP), conforme a classificação dos aspectos das diretrizes GRI Standards, dos anos a serem estudados: 2017 a 2019.

O GAP detém a finalidade de apresentar a equivalência das informações evidenciadas pelas empresas em seus Relatórios de Sustentabilidade frente ao que é solicitado pelo modelo GRI Standards. Para a classificação dos indicadores será utilizado a Tabela 5 a seguir.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 5. Base de classificação dos indicadores

Categoria	Sigla	Classificação	Definição
Apresentados	APL	Aderência Plena	Quando todas as informações solicitadas pelo indicador do GRI- <i>Standards</i> foram fornecidas pela empresa
	AP	Aderência Parcial	Quando apenas parte das informações solicitadas pelo indicador do GRI- <i>Standards</i> foram fornecidas pela empresa
	D	Dúbio	Quando não é possível classificar se houve aderência plena ou parcial, devido à falta de informações suficientes para se chegar à conclusão
	I	Inconsistente	Quando as informações apresentadas pela empresa diferem das solicitadas pelo indicador do GRI- <i>Standards</i>
Não Apresentados	ND	Não Disponível	Quando a informação solicitada pelo indicador é pertinente à atividade da empresa, mas não tem condições de fornecê-la
	NA	Não Aplicável	Quando a informação solicitada pelo indicador não é pertinente às atividades da empresa ou ao setor em que ela atua
	OJ	Omitido com justificativa	Quando a empresa omite a informação referente ao indicador, porém apresenta alguma justificativa para tal ação
	O	Omitido	Quando o indicador não é apresentado pela empresa e esta não emite nenhuma justificativa para tal decisão

Fonte: Adaptado de Dias (2006) e Carvalho (2007).

E posteriormente as classificações dos aspectos GRI *Standards*, foram feitos os cálculos do Grau de Aderência Plena (GAP), pela seguinte fórmula:

$$\text{GAP} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"} + \text{Total dos Indicadores "OJ"}}{\text{Total dos Indicadores} - \text{Total dos Indicadores "NA"}}$$

Onde: GAP = Grau de Aderência Plena; APL = Aderência Plena; OJ = Omitido com Justificativa; e NA = Não Aplicáveis.

Diante disso, os Graus de Aderência Plena foram classificados em índices logo após a efetivação de cada cálculo, como: Baixo: (0% ─ 25%); Médio: (25% ─ 62%); Alto: (62% ─ 100%).

Enfim, será desempenhada uma análise descritiva da aderência dos indicadores por parte das companhias, com o objetivo de verificar a capacidade dinâmica das empresas do setor Elétrico nos anos de 2017 a 2019.

4 Resultados

As companhias que detêm a capacidade dinâmica frente às questões socioambientais estão alinhadas com as expectativas dos *stakeholders*. Nesse sentido esta seção apresenta a análise dos dados referentes à aderência plena das companhias às diretrizes econômicas, sociais e ambientais do GRI *Standards*, dos anos de 2017 a 2019.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



4.1 Econômicos

Tabela 6. Aderência Econômica

Aspecto	Indicadores	CPFL			ENGBR			LIGSA			NEOEN		
		Classificação			Classificação			Classificação			Classificação		
Desempenho Econômico (201)	201-1	APL	APL	APL	AP	AP	AP	APL	APL	APL	APL	APL	APL
	201-2	AP	APL	APL	I	I	AP	AP	AP	AP	O	AP	AP
	201-3	OJ	APL	APL	O	O	O	D	D	D	APL	AP	AP
	201-4	O	O	O	O	O	I	AP	AP	AP	O	O	APL
Presença De Mercado (202)	202-1	O	O	O	O	O	O	AP	AP	AP	O	O	AP
	202-2	O	O	O	O	O	O	D	D	D	O	O	O
Impactos Econômicos Indiretos (203)	203-1	O	O	O	O	O	O	APL	APL	APL	APL	APL	APL
	203-2	O	O	O	O	O	O	AP	APL	APL	O	O	APL
Práticas De Compras (204)	204-1	OJ	O	O	O	O	O	AP	AP	AP	I	I	AP
Anticorrupção (205)	205-1	OJ	I	AP	AP	APL	AP	OJ	OJ	OJ	AP	AP	AP
	205-2	AP	APL	APL	O	O	O	I	I	AP	AP	AP	AP
	205-3	OJ	APL	APL	O	O	APL	APL	OJ	APL	AP	APL	APL
Concorrência Desleal (206)	206-1	O	O	O	O	O	O	OJ	OJ	OJ	APL	APL	OJ
GAP		38,46 %	38,46 %	38,46 %	0,0%	7,69%	7,69%	38,46 %	46,15 %	46,15 %	30,77 %	30,77 %	46,15 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

No ano de 2017 o maior GAP encontrado foi de 38,46% (BOM) das empresas CPFL e LIGSA, por outro lado o menor percentual encontrado foi o de 0% (BAIXO) na empresa ENGBR, dessa forma, a empresa ENGBR não realiza nenhuma atividade com aderência plena ao padrão GRI. No ano de 2018 o maior GAP encontrado foi de 46,15% (BOM) na empresa LIGSA e o menor GAP foi de 7,69% (BAIXO) na empresa ENGBR. Nesse sentido no ano de 2019 o maior GAP verificado nos relatórios de sustentabilidade das companhias foi de 46,15% (BOM) encontrado em duas empresas LIGSA e NEOEN enquanto que a ENGBR possui 7,69% (BAIXO) considerado o menor índice de aderência plena do ano de 2019.

Diante disso, de forma geral, as empresas CPFL, NEOEN e LIGSA possuem GAP's considerados com o conceito de "BOM". Enquanto que a ENGBR possui um GAP "BAIXO". Desse modo pode-se destacar que 3 das 4 empresas da amostra dessa pesquisa possuem atividades do aspecto econômico do GRI evidenciado conforme a performance/capacidade dinâmica e socialmente responsável que a sociedade, bem como, *stakeholders* consideram como relevante.



4.2 Ambientais

Tabela 7. Aderência Ambiental

Aspectos	Indicadores	CPFL			ENGBR			LIGSA			NEOEN		
		Classificação			Classificação			Classificação			Classificação		
Materiais (301)	301-1	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	301-2	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	301-3	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Energia (302)	302-1	O	O	AP	APL	AP	APL	AP	AP	AP	AP	APL	APL
	302-2	O	O	O	O	O	O	AP	AP	AP	O	O	O
	302-3	O	O	O	O	O	APL	AP	AP	AP	O	O	APL
	302-4	O	O	O	O	O	O	APL	AP	AP	AP	O	O
	302-5	O	O	O	O	O	O	APL	AP	AP	AP	AP	AP
Água (303)	303-1	O	O	APL	APL	AP	APL	AP	APL	APL	APL	O	AP
	303-2	O	O	O	APL	APL	D	AP	AP	AP	APL	O	O
	303-3	O	O	O	APL	AP	D	OJ	OJ	OJ	O	O	O
Biodiversidade (304)	304-1	APL	AP	AP	AP	AP	APL	OJ	OJ	OJ	APL	O	AP
	304-2	APL	APL	APL	O	O	O	AP	I	I	O	O	AP
	304-3	APL	AP	APL	AP	AP	APL	D	D	D	APL	O	AP
	304-4	APL	AP	APL	O	O	O	OJ	OJ	OJ	APL	O	AP
Emissões (305)	305-1	AP	APL	APL	APL	AP	APL	AP	AP	AP	APL	APL	AP
	305-2	AP	APL	APL	APL	AP	APL	AP	AP	AP	O	APL	AP
	305-3	AP	AP	APL	APL	AP	APL	AP	D	D	O	APL	AP
	305-4	AP	AP	APL	APL	APL	APL	AP	APL	APL	I	APL	AP
	305-5	D	O	O	O	O	O	APL	D	D	O	O	O
	305-6	OJ	O	O	O	O	APL	OJ	OJ	OJ	O	O	O
	305-7	O	O	O	O	O	APL	OJ	OJ	OJ	AP	AP	AP
Efluentes e Resíduos (306)	306-1	OJ	APL	D	AP	AP	O	OJ	OJ	OJ	AP	O	O
	306-2	APL	APL	APL	O	O	APL	AP	AP	AP	APL	O	O
	306-3	OJ	APL	APL	O	O	O	OJ	OJ	OJ	AP	O	O
	306-4	OJ	APL	APL	O	O	O	AP	AP	AP	O	O	O
	306-5	OJ	O	O	O	O	O	OJ	OJ	OJ	AP	O	O
Conformidade Ambiental (307)	307-1	OJ	APL	APL	O	O	O	OJ	OJ	OJ	O	OJ	AP
Avaliação Ambiental de Fornecedores (308)	308-1	O	APL	APL	APL	D	I	APL	D	D	APL	APL	APL
	308-2	O	AP	APL	AP	APL	APL	OJ	OJ	OJ	O	AP	AP
GAP		40,74 %	33,33 %	51,85 %	33,33 %	11,11 %	48,14 %	51,85 %	44,44 %	44,44 %	29,62 %	25,92 %	11,11 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

O aspecto 300 explana os indicadores ambientais do GRI, e retrata de que maneira a companhia está lidando frente as atividade sustentáveis, e assim, está ligada à capacidade dinâmica. Visto que, ao decorrer do tempo está se fazendo necessário uma maior preocupação e adaptação frente às necessidades do meio ambiente, e os *stakeholders* exigem uma postura voltada não apenas para o econômico, mas também para os sociais e ambientais.

Seguindo as informações dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas verificou-se que o aspecto de Materiais (301) não é aplicável as empresas do setor de energia que foram estudadas, pois apresenta: (301-1) Materiais usados por peso ou volume; (301-2) Materiais provenientes de reciclagem; e (301-3) Produtos e seus materiais de embalagem recuperados.

Em 2017 o maior GAP encontrado foi de 51,85% (MÉDIO) da empresa LIGSA, quanto ao menor, foi de 29,62%(MÉDIO) na empresa NEOEN. Enquanto que no ano de 2018, o maior GAP foi de 44,44% (MÉDIO) na empresa LIGSA e o menor GAP foi de 11,11%(BAIXO) na empresa ENGBR. No ano de 2019 o maior GAP foi de 51,85% (ALTO) na empresa LIGSA, e o menor foi da NEOEN de 11,11% (BAIXO).



4.3 Sociais

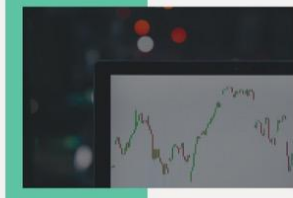
Tabela 8. Aderência Social

Aspecto	Indicadores	CPFL			ENGBR			LIGSA			NEOEN		
		Classificação			Classificação			Classificação			Classificação		
		2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Emprego (401)	401-1	APL	APL	APL	AP	O	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
	401-2	APL	APL	APL	APL	O	O	D	D	D	AP	APL	APL
	401-3	OJ	O	O	O	O	O	APL	APL	APL	O	O	APL
Relações Trabalhistas (402)	402-1	O	O	O	O	O	O	D	D	D	O	O	O
Saúde e Segurança no Trabalho (403)	403-1	OJ	APL	APL	APL	APL	APL	D	D	D	O	APL	AP
	403-2	APL	APL	APL	AP	AP	O	APL	APL	APL	AP	AP	AP
	403-3	OJ	D	D	O	O	O	APL	APL	APL	O	AP	AP
	403-4	OJ	AP	AP	O	O	O	D	D	D	AP	APL	AP
Treinamento e Educação (404)	404-1	APL	APL	APL	AP	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
	404-2	OJ	APL	AP	O	O	O	APL	APL	OJ	APL	D	APL
	404-3	APL	APL	APL	AP	AP	AP	D	AP	OJ	APL	APL	APL
Diversidade e Igualdade de Oportunidade (405)	405-1	O	O	O	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	AP	APL
	405-2	O	O	O	O	O	O	APL	APL	APL	O	O	APL
Não Discriminação (406)	406-1	O	D	D	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	AP
Liberdade De Associação E Negociação Coletiva (407)	407-1	O	O	O	O	O	O	APL	APL	APL	O	APL	APL
Trabalho Infantil (408)	408-1	O	O	O	O	O	O	D	D	D	APL	D	APL
Trabalho Forçado Ou Análogo Ao Escravo (409)	409-1	O	O	O	O	O	O	D	D	D	APL	D	APL
Práticas De Segurança (410)	410-1	O	O	O	O	O	O	AP	AP	AP	O	OJ	AP
Direito Dos Povos Indígenas E Tradicionais (411)	411-1	O	O	O	O	O	O	OJ	OJ	OJ	APL	APL	APL
Avaliação Em Direitos Humanos (412)	412-1	O	O	O	O	O	O	D	D	D	O	O	O
	412-2	O	O	O	O	O	O	AP	AP	AP	O	O	AP
	412-3	O	O	O	AP	AP	AP	D	OJ	OJ	APL	APL	APL
Comunidades Locais (413)	413-1	APL	APL	APL	AP	AP	AP	APL	AP	D	D	AP	AP
	413-2	OJ	APL	APL	APL	APL	AP	APL	APL	APL	O	O	O
Avaliação Social E Fornecedores (414)	414-1	OJ	AP	AP	APL	APL	AP	AP	D	D	APL	APL	APL
	414-2	OJ	APL	APL	AP	APL	APL	APL	D	D	O	O	AP
Políticas Públicas (415)	415-1	NA	NA	NA	O	O	O	NA	NA	NA	I	NA	NA
Saúde E Segurança Do Cliente (416)	416-1	O	O	O	O	O	O	I	I	I	D	APL	APL
	416-2	OJ	O	O	O	O	O	APL	APL	APL	APL	APL	I
Marketing E Rotulagem (417)	417-1	O	O	O	O	O	O	D	D	D	O	O	APL
	417-2	O	O	O	O	O	O	OJ	OJ	OJ	O	O	APL
	417-3	O	O	O	O	O	O	OJ	OJ	OJ	O	O	APL
Privacidade Do Cliente (418)	418-1	OJ	APL	APL	O	O	O	OJ	OJ	OJ	O	O	APL
Conformidade Socioeconômica (419)	419-1	OJ	AP	AP	O	O	O	APL	APL	APL	APL	AP	APL
GAP		51,52 %	33,33 %	30,30 %	17,65 %	20,59 %	17,65 %	57,58 %	54,55 %	57,58 %	38,24 %	42,42 %	60,61 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Quanto aos indicadores sociais, no ano de 2017 as empresas que apresentaram os maiores e menores indicadores foram LIGSA e ENGIE, com 57,58% e 17,65% respectivamente. Referente ao ano de 2018 foi classificado com maior GAP a companhia LIGSA, com 54,55% de aderência, contrário a isso, a ENGIE apresentou o menor GAP do ano com 20,59% de aderência. Já em relação ao ano de 2019, a companhia NEONE passou a apresentar o maior grau de aderência dentre as empresas, com o índice de 60,61% de aderência aos padrões GRI e princípios de governança corporativa, a ENGIE por sua vez, continua a apresentar o menor GAP (17,65%), entre as empresas selecionadas.

No geral 3 das 4 companhias se classificaram com GAP Médio ficando somente a empresa ENGIE que foi a única a apresentar GAP Baixo durante todo os anos analisado. É esperado que para os anos vindouros algumas das empresas analisadas apresentem uma variação positiva quando a aplicabilidade das diretrizes da GRI em seus relatórios de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



sustentabilidade. Essa variação positiva é expectável uma vez que os *stakeholders* estão cada vez mais interessados nessas informações a qual geram valor pra a entidade. O que a coloca em posição que a incentive a aplicar a capacidade dinâmica, para exercer suas atividades não somente focada na questão financeira, mas também em realizar e reportar informações que enfatizam as ações da entidade quanto à questão social e ambiental, conforme o tripé da sustentabilidade.

5 Considerações Finais

O presente estudo atingiu seu objetivo proposto, pois evidenciou que as empresas do setor de energia elétrica da B3 estão em processo de evolução quanto à aplicabilidade e aderência aos indicadores GRI *Standards*, portanto a capacidade dinâmica das organizações está em processo de aperfeiçoamento frente às exigências dos *stakeholders*, sendo elas obrigatórias ou voluntárias.

Os achados deste estudo foram: Quanto ao aspecto econômico do GRI *Standards*, as empresas CPFL, NEOEN e LIGSA possuem GAP's considerados com o conceito "BOM", exceto a ENGBR que possui um GAP considerado "BAIXO" de 2017 a 2019. Portanto as empresas do setor de energia elétrica quanto ao aspecto econômico dos indicadores GRI possuem um resultado satisfatório, exceto o resultado encontrado na empresa ENGR que possui um baixo nível de aderência aos indicadores GRI, dessa forma, conclui-se que a empresa possui uma desvantagem competitiva de mercado frente às outras empresas do seu setor quanto ao aspecto econômico, já que a aderência e a divulgação dos indicadores GRI favorecem a geração de valor para as companhias.

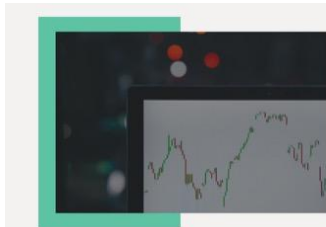
No aspecto ambiental em 2017 o maior GAP encontrado foi de 51,85% (MÉDIO) da empresa LIGSA, quanto ao menor, foi de 29,62% (MÉDIO) na empresa NEOEN. Em 2018, o maior GAP continuou sendo o da empresa LIGSA, porém com um percentual menor em comparação ao ano de 2017 de 44,44% (MÉDIO), no mesmo ano o menor GAP foi de 11,11% (BAIXO) na empresa ENGBR. Enquanto que em 2019 o maior GAP foi de 51,85% (ALTO) na empresa LIGSA sendo a única empresa a possuir um percentual considerado "ALTO" em todo o estudo em relação aos três aspectos estudados, e o menor do ano de 2019 foi o da NEOEN de 11,11% (BAIXO). No geral as empresas obtiveram o desempenho mediano como o mais recorrente no aspecto ambiental.

No aspecto social 3 das 4 companhias se classificaram com GAP MÉDIO, ficando somente a empresa ENGIE que foi a única a apresentar GAP BAIXO durante todo o período analisado. Nesse sentido as empresas do setor de energia elétrica listadas na B3 possuem de forma geral uma aderência aos indicadores GRI *Standards* considerada mediana frente aos critérios adotados nesse estudo.

Portanto como sugestão para pesquisas futuras têm-se a utilização de outros segmentos da B3 e a correlação com outras teorias administrativas que auxiliem no desenvolvimento da percepção da relevância da temática da responsabilidade socioambiental das organizações.

Referências

Andreeva, T.; & Chaika, V. (2006). *Dynamic Capabilities: what they need to be dynamic?* St. Petersburg State University. São Petersburgo.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Assaf Neto, A. (2012). *Finanças corporativas e valor* (6a ed., 762p). São Paulo: Atlas.

Barros, A. J. da S.; & Lehfeld, N. A. de S. (2008). *Fundamentos de metodologia científica* (3a ed., 173 p.) São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Brasil, Bolsa, Balcão (B3) (2020). Empresas Listadas [Site Institucional]. Recuperado de http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Carvalho, F. M. (2007). *Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp090784.pdf>

Castro, F. A. R. de; Siqueira, J. R. M. de; & Macedo, M. A. da S. (2010). Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. *Revista de Informação Contábil*, 4(4), 83-102. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/download/7907/7984>

Cpfl Energia S.A. (2017, 2018 e 2019). Relatório Anual [Site Institucional]. Recuperado de <https://www.cpfl.com.br/institucional/relatorio-anual/Paginas/default.aspx>

Dias, L. N. S (2006). *Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp030028.pdf>

Engie Brasil Energia S.A. (2017, 2018 e 2019). Informações Financeiras [Site Institucional]. Recuperado de <https://www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras/>

Ferreira, L. F. (2010). *Indicadores de Sustentabilidade Corporativa aplicados a práticas de Gestão Ambiental. Uma proposta de avaliação prática por meio da contabilidade ambiental* (Tese Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94520/285906.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Global Reporting Initiative – GRI (2020). Gri Standards [Site Institucional]. Recuperado de <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>

Instituto Brasileiro De Governança Corporativa (2020). IBGC [Site Institucional]. Recuperado de <https://www.ibgc.org.br/>

Light S.A (2017, 2018 e 2019). Relatórios [Site Institucional]. Recuperado de <http://ri.light.com.br/sustentabilidade/relatorios/>

Neoenergia S.A. (2017). Relatório de Sustentabilidade [Site Institucional]. Recuperado de



ORGANIZAÇÃO



APOIO



<https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/configuracoes/RelatSusteNeoenergia/relatorio-de-sustentabilidade-neoenergia-2017.pdf>

Neoenergia S.A. (2018). Relatório de Sustentabilidade [Site Institucional]. Recuperado de <https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/configuracoes/RelatSusteNeoenergia/relatorio-de-sustentabilidade-neoenergia-2018.pdf>

Neoenergia S.A. (2019). Relatório de Sustentabilidade [Site Institucional]. Recuperado de https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/configuracoes/RelatSusteNeoenergia/RS_Neoenergia_2019_FINAL.PDF.pdf

Oliveira, I. G. S., Neto Silva, R. E., Cardoso, P. S., & Campos, M. G. (2015). Práticas de Governança e Sustentabilidade Influenciam o Valor Corporativo? Uma Análise em Companhias do Setor Elétrico Brasileiro. *VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2015/paper/viewFile/1996/505>

Oliveira, W. C. A., Inomata, D., & Varvakis, G. (2014). Desenvolvimento sustentável empresarial: O uso da gestão da informação. *RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 12(3), 119-135. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1597>

Santos, T. N. dos; & Yamamoto, M. M. (2012). Governança corporativa: disclosure ambiental e nível de aderência das empresas do setor de papel e celulose ao GRI. *Anais do Congresso USP*. São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.usp.br/item/002296094>

Soares, G. M. de P. (2004). Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?. *RAE electron*. 3(2). Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482004000200007&script=sci_arttext&tlng=pt

Souza, R. S. de (2002). Evolução e Condicionantes da Gestão Ambiental nas Empresas. *Revista eletrônica de administração*. 8(6), 22. Recuperado de <https://www.seer.ufrgs.br/read/article/view/42728>

Van Bellen, H. M. (2004). Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. *Cad. EBAPE.BR*, 2(1), 1-14. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000100002&script=sci_arttext

Wang, C. L.; & Ahmed, P. K. (2007) Dynamic capabilities: A review and research. *International Journal of Management Reviews*, 31-51.